Lei nº 288/2009

Cria o Programa de Benefícios Assistenciais - PROBA, no âmbito do Município de São Jorge D'Oeste, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu **LEILA DA ROCHA**, Prefeita de São Jorge D'Oeste, sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica criado o **Programa de Benefícios Assistenciais - PROBA**, no âmbito do Município de São Jorge D'Oeste, cuja execução se dará nos termos desta Lei e será administrado pelo **Departamento de Ação Social**.

Art. 2º. O programa terá como objetivo atender famílias carentes do Município, cuja renda familiar, mensal, não ultrapasse 3 (três) salários mínimos com a concessão dos benefícios sociais mencionados no art. 4º desta Lei.

Art. 3º. Para se beneficiar deste programa as famílias deverão ser cadastradas junto a área de Assistência Social do Município e atender os seguinte:

- a) **residir no Município;**
- b) **possuir renda familiar não superior a 3 (três) salários mínimos por mês, aos munícipes da área urbana;**
- c) **os filhos deverão estar devidamente matriculados e frequentando regularmente as aulas;**
- d) **os munícipes da área rural que forem alcançados pela Resolução nº 3.206 de 24 de junho de 2004, do BACEN, e posteriores alterações, que regulamenta o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, grupo "C":**

Art. 4º - Os benefícios serão divididos em dois grupos e serão em concedidos com base nesta Lei:

- **alimentos (cesta básica) R\$ 50,00 reais por pessoa em cada família**
- **auxílio material escolar; R\$ 50.00 reais**
- **auxílio funeral R\$ 350.00 reais**
- **auxílio tratamento médico (exames); R\$ 750.00 reais**
- **auxílio documentação; R\$ 30.00 reais**
- **cadeira de rodas; R\$ 450 reais**
- **cinta e colete para coluna; R\$ 100.00 reais**
- **colchão d'água; R\$ 100.00 reais**
- **fraldas geriátricas; R\$ 85.00 reais**
- **hospedagem pensão fora do município; R\$ 150.00 reais a diária**
- **leite em pó; R\$ 85.00 reais**

- medicamentos; R\$ 380.00 reais
- meia ortopédica; R\$ 100.00 reais
- óculos; R\$ 150.00 reais
- passagens; R\$ 160.00 reais
- prótese dentária; R\$ 150.00 reais
- uniforme escolar; R\$ 80.00 reais
- enxoval para bebê; R\$ 60.00 reais
- auxílio cirúrgico. R\$ de acordo com a necessidade

§ 1º – Os interessados na concessão dos benefícios definidos no caput deste artigo, deverão se inscrever junto a área de Assistência Social do Município a qual, após a verificação “in loco” homologará o seu cadastro.

§ 2º – Quando da necessidade de atendimento qualquer membro da família poderá solicitar o benefício, que após comprovada a sua necessidade, pela Assistente Social do Município, será concedido dentro dos limites solicitados e da disponibilidade financeira do Município.

§ 3º- Os valores fixados no caput do artigo deverão ser corrigidos a cada ano pelo índice da inflação medida pelo IGP – M acumulado no período ou outro índice que venha substituí-lo mediante decreto do executivo

Art. 5º. As despesas decorrentes deste programa correrão por conta de dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Geral do Município.

Parágrafo único – Fica o executivo Municipal autorizado por força desta lei a consignar nos orçamentos seguintes dotações orçamentárias necessárias a manutenção do programa ora criado.

Art. 6º. Caso for comprovado que os dados cadastrais, não espelham a verdade, fica o beneficiado obrigado a devolver aos cofres públicos o benefício recebido, devidamente corrigido, e seu cadastro será automaticamente cancelado.

Parágrafo único – Cabe ao **Departamento de Promoção Social** a verificação para a comprovação dos dados cadastrais.

Art. 7º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

**Gabinete do Executivo Municipal de Jorge D’Oeste -
PR, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil
e nove, 45º ano de emancipação.**

**Leila da Rocha
Prefeita**